



Revista Brasileira de Enfermagem

ISSN: 0034-7167

reben@abennacional.org.br

Associação Brasileira de Enfermagem
Brasil

Soccio Martins, Camilla; Graças Carvalho Ferriani, Maria das
Reintegração da criança e do adolescente vítimas na percepção dos pais
Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 56, núm. 6, novembro-diciembre, 2003, pp. 651-654
Associação Brasileira de Enfermagem
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019639012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

REINTEGRAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMIZADOS NA PERCEPÇÃO DOS PAIS

Camilla Soccio Martins*
Maria das Graças Carvalho Ferriani**

Resumo

O estudo objetiva conhecer, mediante a percepção das famílias agressoras, como ocorre a reintegração da criança/adolescente vitimizados, no município de Ribeirão Preto-SP, no ano de 2002. A metodologia é descritiva, exploratória e qualitativa; a coleta de dados foi através da entrevista e observação participante. A mostra constou de nove famílias que tiveram seus filhos institucionalizados. Os resultados revelaram que para uma família a institucionalização de seus filhos serviu para repensar a educação dos mesmos, para o restante, foi vista como amparadora de problemas comportamentais. Para alguns pais foi destacada a influência negativa exercida sobre essas crianças, que tornaram-se mais desobedientes após o retorno, dificultando medidas disciplinares. Conclui-se que a reintegração dessas crianças/adolescentes está atrelada ao aprendizado social delimitado pela violência intrafamiliar.

Descritores: violência doméstica; crianças e adolescentes; famílias

Abstract

This study aims at learning, from some aggressor families' point of view, the way reintegration of child and adolescent victims into their own families happen, in the city of Ribeirão Preto - SP, in 2002. The methodology used is descriptive and qualitative; data were collected through interviews and observation of participants. Nine families whose children were institutionalized were surveyed. Results showed that the institutionalization of children is a way for some families to rethink the kind of education parents are providing their children with/ their own education. For the other ones, it was perceived as a support for behavioral problems. As noticed, some parents stressed a negative influence falling upon their children, which made them more disobedient on their return home, and causing disciplinary procedures harder to be established. The conclusion is that reintegration of the target children/adolescents is hampered by violence happening inside families.

Descriptors: domestic violence; children and adolescents; institutionalization

Title: Reintegration of Victimized Children and Adolescents in their Parents' View

Resumen

El estudio pretende conocer como ocurre la reintegración del niño/adolescente que ha sido víctima de la agresión de la familia, a través del propio discurso de las familias agresoras. La metodología es descriptiva y calitativa; la recolección de datos se hizo con entrevista y observación participante. En total, son nueve familias, cuyos hijos estuvieron internados en instituciones. Los resultados apuntan que para una familia le sirvió para repensar la educación que había dado a su hijo; para las demás, interpretaron la internación como un amparo para los problemas comportamentales. Algunos padres destacaron la influencia negativa que fue ejercida sobre esos niños, ya que se habían vuelto más desobedientes cuando regresaron a casa y ello les dificultaba la toma de medidas disciplinares. Se concluye que la reintegración de esos adolescentes está atada al aprendizaje social que está delimitado por la violencia intrafamiliar.

Descriptores: violencia doméstica, niños y adolescentes, institucionalización

Título: Reintegración del niño y del adolescente víctimas de su entorno

1 Introdução

A violência doméstica contra crianças e adolescentes tem sido um fenômeno responsável por um grande contingente de vítimas. Esse tipo de violência está democraticamente espalhada em várias classes sociais. A possibilidade de identificação de casos de violência muitas vezes se dá por profissionais que atuam diretamente junto à criança e ao adolescente, principalmente por aqueles vinculados à Educação e à Saúde. As instituições vêm constantemente sendo chamadas a um reordenamento para a sua adequação à nova proposta de atenção integral à criança e ao adolescente, como sujeitos de direitos.

A compreensão do fenômeno da violência doméstica, coloca em pauta a necessidade de construirmos um referencial analítico, capaz de permitir a compreensão desse fenômeno na especificidade que ele tem hoje, levando em consideração sua complexidade, suas diferentes formas de manifestação e finalmente o reconhecimento da articulação existente entre violência e os aspectos sociais e culturais de uma determinada sociedade.

Conceituar violência vai depender do pólo epistemológico ao qual estamos nos fundamentando e também, quais são os sujeitos e o espaço social envolvidos na questão. É muito difícil conceituar a violência, principalmente por ser ela, uma forma própria de relação pessoal, política, social e cultural. Muitas vezes, resultante das interações sociais, ou ainda, um componente cultural naturalizado⁽¹⁾.

A violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato ou omissão praticado por pais,

parentes ou responsável da criança ou adolescente que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima implica de um lado, numa transgressão do poder, dever de proteção do adulto, e de outro, numa "coisificação" da infância, isto é, numa negação do direito que os adolescentes e crianças tem de serem tratados como sujeito e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento^(2,32).

Consideramos que o fenômeno da violência doméstica possui várias modalidades: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência.

A violência física contra a criança é qualquer ação, única ou repetida, não acidental, cometida por um agente agressor adulto, que lhes provoque consequências leves ou extremas como a morte⁽²⁾. A literatura é muito controversa em termos de quais atos podem ser considerados violentos, mas há recentes pesquisas ressaltando que é qualquer ato disciplinar que atinja o corpo de uma criança ou adolescente. Prova disso é o surgimento de legislações que proibiram o emprego da punição corporal, em todas as suas modalidades, na relação pais-filhos. No Brasil, essa questão passou a ser contemplada mais adequadamente na legislação brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 e, em particular, do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069 de 13/07/1990.

De acordo com a literatura, a violência sexual é todo ato ou jogo sexual, heterossexual ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosexual mais adiantado. Tem por finalidade estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter estimulação sexual.⁽²⁾ Além das consequências físicas, a violência sexual traz também

* Enfermeira. Pós-Graduada em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - EERP/USP.

consequências psicológicas e sociais, podendo observar dificuldades de aprendizado, fugas de casa, queixas psicossomáticas, mudanças súbitas no comportamento, aversão ou desconfiança de adultos, entre outros.

Dentre as formas registradas de violência no âmbito familiar, constatamos na literatura a ausência de estudos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. Portanto, num campo tão amplo de possibilidade de violência sexual que envolve situações peculiares, os crimes sexuais que acometem crianças e adolescentes dentro da família é de difícil detecção.

A violência doméstica psicológica é aquela que "se apresenta geralmente sob as formas de rejeitar, aterrorizar, ignorar, corromper, criar expectativas irreais ou extremadas"^(3,168). Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando formas de sofrimento psicológico.

No que concerne à negligência por sua vez é caracterizada pela falha na assistência ou provimento das necessidades básicas de uma criança. Configurada quando os pais falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, de prover educação e supervisão adequadas, e quando tal falha não é o resultado das condições de vida, além de seu controle. Entre os pais negligentes há um consumo elevado de drogas, de álcool e uma presença significativa de desordens severas de personalidade⁽²⁾. Estudos indicam que existe uma preponderância da população de baixa renda no conjunto de famílias negligentes⁽⁴⁾.

As consequências da violência incidem diretamente na criança e/ou adolescente, sobre o agressor, e no final sobre a sociedade, uma vez que a violência é reproduzida ideologicamente pelo núcleo familiar que através de gerações delega aos seus descendentes o que aprendeu e vivenciou. Algumas dessas consequências podem desencadear sérios riscos de drogadição, prostituição, problemas no aprendizado, promiscuidade, depressão e dificuldades de relacionamento, entre outras.

Constatamos, portanto, que a violência doméstica e suas consequências são devastadoras para as crianças e adolescentes que se inserem em uma trama social que fragiliza e quase sempre destrói seu processo de identificação com o mundo. Considerando a importância da temática e do envolvimento da enfermagem, neste cenário, realizamos este estudo sobre crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, com vistas a conhecer melhor o fenômeno e promover o planejamento na assistência de enfermagem.

2 Objetivo

Conhecer a percepção das famílias agressoras acerca da reintegração da criança e do adolescente que foram abrigadas no Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vitimizados (CACAV), no município de Ribeirão Preto-SP, em decorrência da violência familiar.

3 Metodologia

O presente estudo é descritivo e exploratório e de cunho qualitativo. Essa abordagem é definida como aquela capaz de aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos, processo, particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente⁽⁵⁾.

Os dados foram coletados através da entrevista semi-estruturada e da observação participante. A entrevista é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados sendo aquela capaz de partir de certos questionamentos básicos, apoiados em teoria e hipóteses que interessam a pesquisa e que em seguida, oferecem amplo campo interrogativo, fruto de novas hipóteses que vão ampliando a medida que se aprofundam os aspectos de

A amostra constitui-se de nove famílias que tiveram pelo menos um de seus membros (sendo criança e/ou adolescente) institucionalizado no CACAV por estar envolvidos nos episódios de violência intrafamiliar. Os componentes do núcleo familiar entrevistado foram os pais, enfocando-se sua vida atual, relacionamento familiar e suas percepções sobre a reintegração de seus filhos após terem voltado para casa. As entrevistas foram gravadas e transcritas pelas pesquisadoras e identificadas com os números de 1 a 9 optando pela letra E de entrevistado.

A investigação ocorreu no período de janeiro a fevereiro de 2002 no ambiente familiar das vítimas que foram abrigadas no CACAV e posteriormente reintegrada no seu lar de origem. A pesquisa segue as normas da resolução nº 196/96 – CNS e aprovado pelo Comitê de Ética segundo protocolo nº 0120/200.

Analizamos esses dados de acordo com a técnica de análise de conteúdo. Essa modalidade consiste em descobrir os temas que compõe uma comunicação cuja presença signifique alguma coisa para o objeto analítico visado⁽⁷⁾.

4 Análise dos resultados e discussão

4.1 Caracterização das famílias das vítimas de violência intrafamiliar

De acordo com os dados, dentre as nove famílias que foram estudadas, a violência doméstica mais evidenciada foi a negligência, atingindo cinco famílias. A violência física apareceu em três famílias e a violência sexual ocorreu em duas, sendo uma delas associada à negligência.

Constatamos, então, que a negligência apresentou maior incidência dos casos em contraste com um estudo realizado na região de Ribeirão Preto no Fórum da Comarca de Jardinópolis - S.P. em 2001, evidenciando a confirmação de uma maior incidência dos casos de violência física num total de 69,4% seguido depois de negligência com 20,8% e sexual com 9,7%⁽⁸⁾.

De acordo com o nosso estudo, dezessete crianças e adolescentes, na faixa etária de 2 a 16 anos, foram vitimizados, sendo nove do sexo feminino e oito do sexo masculino. Quanto à escolaridade, oito crianças estão matriculadas na escola, quatro não estudam, apesar de estarem em idade escolar, e cinco têm entre 2 e 6 anos e não frequentam creche e nem a pré-escola. Entre as crianças que estudam a frequência escolar é insatisfatória.

As vítimas mais frequentes da violência doméstica encontram-se na faixa etária entre 0 a 14 anos de idade. O fenômeno violência é parte da chamada questão social, constituindo hoje no Brasil, na segunda causa de mortalidade no obituario geral e a primeira causa nas faixas de 5 a 9 anos⁽¹⁾.

A faixa etária das mães dessas crianças e adolescentes está entre 23 e 41 anos de idade e a dos pais e padrastos está entre 30 e 58 anos. A maioria dos pais não completou sequer o ensino fundamental. Apenas uma mãe e dois pais o concluíram. Tais resultados diferem dos encontrados em outros estudos, trazendo que 88,0% dos agressores finalizaram pelo menos o ensino fundamental⁽⁸⁾.

Quanto à ocupação dos pais, cinco estão atualmente desempregados, dois são servente de pedreiro e dois são operários. Todas as mães são donas de casa, exceto uma. Tais dados parecem significativos no que concerne à tipificação do alto desemprego existente, e como tal fato acaba por afetar a realidade familiar. Ainda podemos dizer que o desemprego é um dos fatores que cria possibilidade de agressão na família, uma vez que, o fato de estar em casa sem tarefas específicas, facilita, por motivos ligados à insatisfação, entre outros, a violência.

Cabe ressaltar que o uso de álcool está relacionado à violência. Três pais e quatro mães são usuários de álcool. O

4.2 Núcleos Temáticos

De acordo com a técnica de análise de conteúdo, descobertos os eixos em torno dos quais giram os conteúdos expressos pelos sujeitos entrevistados, foram definidas as temáticas que servem para classificar e compreender os depoimentos em geral. Essas temáticas estão abaixo definidas.

4.2.1 A volta da criança e adolescente

Identificamos que, para os pais, os valores relacionados ao bom comportamento de uma criança estão atrelados a ficar em casa e não sair para a rua, o que de fato ocorre após seus filhos serem desabrigados como podemos observar nas falas a seguir: *O comportamento deles tá melhor porque agora eles tão parando mais dentro de casa, é que eles gostam muito de ficar na rua e agora tão ficando aqui dentro* (E-3). *O comportamento deles tão ótimo, não sai mais pra rua e agora a gente tá mais feliz.* (E-6)

Por outro lado, percebemos que o mau comportamento da criança e do adolescente é reconhecido, pelos atores sociais estudados, através da desobediência das normas impostas, o que é agravado pela forma agressiva como as crianças e adolescentes reagem.

Uma pessoa que cresce em um ambiente onde a violência é a moeda corrente, vê o outro e o mundo de forma muito diferente de alguém que foi acolhido em um ambiente onde há respeito pessoal. Medos, culpas e ressentimentos dirigem o mundo dessas pessoas no modo de perceber a família⁽⁹⁾. Evidenciamos através das falas: *O comportamento dela comigo ficou pior do que tava, porque agora ela começou a responder pra mim* (E-5). *Quando ela voltou ela achou que é dona de si e não me obedece, e por ela, ela quer mandar em mim* (E-4).

O fato do comportamento das crianças e adolescentes constituir um dos núcleos de referência, está diretamente relacionado à importância atribuída pela família a este aspecto. A forma como a criança e o adolescente manifestam seu comportamento, no entanto, está atrelada à forma como eles são educados.

De acordo com a nossa percepção sobre os dados desse estudo, a violência intrafamiliar e o relacionamento dos pais com os filhos é um processo dinâmico e complexo, que vai se moldando e se construindo a partir das interações ocorridas entre eles. Baseando nos símbolos e significados que cada um dos pais traz em sua bagagem cultural e que vão sendo modificados também a partir das interações sociais dos filhos. Estudar o relacionamento pais-filhos implica necessariamente conhecer as representações dos pais.

A partir de dados levantados, notamos que duas famílias chefiadas por mulheres que não trabalhavam, possuíam características semelhantes, tais como: negligência contra seus filhos, condições precárias de higiene da casa.

Quanto ao fato da mãe estar muito presente nos dados encontrados, podemos pensar que esta presença seja porque hoje se encontra um crescente aumento de famílias chefiadas por mulheres em diversos segmentos sociais. Em nossa realidade brasileira, também vem se apresentando um enorme aumento nas uniões informais, podendo assim serem justificados pelo número significativo da presença de crianças e adolescentes residindo junto as suas mães e padrastos.⁽⁸⁾

A maternidade para estas mulheres, que geralmente não têm outra função além de cuidar da casa e dos filhos, é vista como uma questão motivadora. Por isso, quando essa criança é retirada de casa, a mãe presencia um sentimento de perda. Já com a volta dessa criança, tal sentimento deixa de existir e a mãe sente-se mais segura e disposta a enfrentar as dificuldades existentes, como é explicitado nas falas a seguir: *Melhorou bastante, né. Eu me senti mais bem com ela porque*

Eles fizeram eu mudar em tudo, em lutar, em viver (E-8).

A institucionalização é vista, no estudo, como amparadora de problemas comportamentais, ajudando os pais ao invés de puni-los, e não fazendo-os repensar a cerca da violência praticada, como podemos constatar nas falas abaixo:

Várias vezes quando eles foram abrigados pra mim foi uma coisa bem melhor, né. Porque eu ficava sabendo que eles tavam lá e não tavam na rua e aí eu ficava mais tranqüila (E-6). *Depois que eles voltaram eles não são mais de briga, deu o horário para eles ditá, eles deitam, esse abrigo me ajudou muito, ante eles terem ficado tudo lá do que aqui* (E-7).

Para outras famílias a institucionalização serviu, mesmo que de maneira indireta, para repensar o cuidado com os filhos, como é possível observar: *O que melhorou é que as pessoas achavam que eu não gostava dos meus filhos, só que eu consegui provar pra todo mundo e fiz das tripa coração pra pega meus filho de volta* (E-2).

Citamos outro exemplo da percepção dos pais que foge ao objetivo da institucionalização, vista aqui como benéfica ao crescimento e desenvolvimento da criança: *Depois do abrigo, ela desenvolveu bem, principalmente na fala, ela tá falando muita coisa que antes ela tinha dificuldade* (E-1).

As crianças e adolescentes privados dos cuidados em família tendem a ter seu futuro comprometido, através do comprometimento de sua capacidade de ser, de cuidar de si e do outro⁽¹⁰⁾. O aprendizado infantil se constrói de relações múltiplas nas quais as crianças não são apenas objeto passivo e obediente. Assim, a construção de identidade ancora-se na participação e integração do sujeito em múltiplos universos sociais e na instância cultural, vinculados às representações e modelos que caracterizam os integrantes desse universo⁽¹¹⁾. Isso é comprovado nas falas que seguem: *Agora ela piorou, ela vê as pessoas falarem as coisas pra mim e ela fala também porque ela acha que é normal me xingar como todo mundo me xinga* (E-5). *Eu percebi que ela voltou com boabeira de muleque que ela pegou dos muleque de lá, tipo xingar e maus modos* (E-9).

Muitas crianças e adolescentes deixam evidentes em suas falas, a sua condição de vulnerabilidade em relação às pessoas ou mesmo em relação ao meio, a qual emerge de suas experiências vividas que se mostram ameaçadoras.⁽¹⁰⁾

4.2.2 Estratégias Adotadas

Nos casos de crianças e adolescentes vitimizados, a Justiça da Infância e da Juventude deve lhes oferecer uma medida de proteção. A primeira tentativa é a de conscientizar os pais ou responsável pelos maus tratos. Vale lembrar que a punição legal do agressor pelo crime cometido é importante, mas não se deve deixar de lado que a violência leva e deixa consequências gravíssimas à vítima, seus familiares e mesmo ao acusado⁽¹²⁾.

Identificamos, como uma das estratégias da Justiça, a imposição da condição de que as crianças e os adolescentes estejam estudando. Essa estratégia é efetiva, na medida em que esse pais, de acordo com suas percepções, consideram importante o estudo. Podemos constatar na fala: *Agora, graças a Deus, eles tão tudo indo pra escola* (E-7).

As formas de ajuda adotadas pelo abrigo (CACAV) servem como amparador para algumas famílias e para outras são vista como uma troca. Como exemplo podemos citar a doação de cesta básica com a condição de que os filhos estejam regularmente freqüentando a escola. *Eu estava sem serviço, mas depois começou a ajuda da prefeitura e aí minha vida mudou* (E-5).

No que se refere aos aspectos psicológicos da família, o CACAV oferece uma terapia familiar para os pais e os filhos, mas essa estratégia perdeu o seu sentido devido ao não

também ao seu estado psicológico e à sua percepção social.

Essa discussão nos leva a pensar que todas as estratégias e até mesmo a institucionalização da criança e do adolescente estão perdendo o seu objetivo principal, que é o de estar conscientizando e educando as famílias a não praticarem a violência intrafamiliar.

5 Considerações finais

Retomando o nosso objetivo que é conhecer a percepção das famílias agressoras acerca da reintegração dessas crianças e adolescentes, e que foram abrigadas no CACAV, no município de Ribeirão Preto-SP, constatamos que a violência doméstica mais praticada é a negligência, sendo a maioria dos agressores desempregados e usuários de álcool. Apreendemos dois grandes núcleos temáticos: a volta da criança e do adolescente e estratégias adotadas.

Na primeira temática, observamos diferentes abordagens acerca do comportamento das crianças e dos adolescentes quando voltam para casa. Algumas famílias compreendem como bom comportamento o fato da criança não sair à rua. Quanto ao relacionamento com os pais, este estudo mostrou que as mães percebem a institucionalização do filho como perda da maternidade o que influencia em seu estado emocional. Por fim, no que se diz respeito à visão da institucionalização, a maioria dos pais acredita ser um castigo para os filhos e rejeitam a idéia de aprendizado para a família.

Na segunda temática, a análise dos dados nos trouxe pontos relevantes da violência intrafamiliar que chegaram à esfera do questionamento da atuação do poder público. Apesar da atuação pública, neste cenário, através da institucionalização da criança até a resolução dos casos de violência, ainda faltam políticas públicas concretas que possam subsidiar a reversão da situação da criança e do adolescente brasileiro.

Estes resultados nos levam a encarar a violência como processo social complexo e que a existência de relações violentas está estreitamente relacionada a múltiplos fatores e possui uma historicidade.

Não é possível admitir mais análises simplistas como que a criança é violenta porque sua mãe é violenta. Os esforços dos profissionais e da sociedade para combater o flagelo da violência doméstica têm se intensificado e o compromisso têm despertado atenção para o problema gerando reações de todos os lados. Entretanto, a questão continua sendo secundária, os recursos insuficientes e as leis nem sempre são cumpridas.

Os profissionais de saúde são obrigados a notificar os maus-tratos cometidos contra crianças e adolescentes⁽¹³⁾. Para que este preceito legal seja cumprido é preciso sensibilizar e conscientizar os profissionais da área para o problema, fornecer

mais conhecimentos sobre o tipo de atendimento a ser dado às vítimas desses agravos, disponibilizar informações e capacitação para o diagnóstico e intervenção.

Por tratar-se de um problema extremamente complexo e, ainda, com pouca visibilidade, seria necessário um conjunto integrado e articulado de ações de ordem econômica, política, cultural, legal, policial, terapêutica a curto, médio e longos prazos, tanto no que se diz respeito à prevenção, como de denúncia, defesa, atendimento às vítimas e responsabilização dos agressores⁽¹⁴⁾.

Referências

1. Minayo MCS. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife (PE) 2001 maio/ago;1(2):91-102.
2. Guerra VNA. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. 3ª ed. São Paulo: Cortez; 1998. 262 p.
3. Deslandes SF. Prevenir a violência: um desafio para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: LILACS, 1994. [1 CD-ROM].
4. Minayo MCS, Sanches O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro 1993 jul/set;9(3):239-48.
5. Trivinos ANS. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas; 1995. 175 p.
6. Bardin L. Análise de conteúdo [tradução de Luiz Antonio Reto e Augusto Pinheiro]. Lisboa: Edições 70; 1979. 225 p. il.
7. Roque EMST. A violência na família contra crianças e adolescentes e a percepção dos operadores do direito, na comarca de Jardinópolis - SP [dissertação de Mestrado]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2001. 226 f.
8. Szymanski H. A relação família/escola: desafios e perspectivas. Brasília (DF): Plano; 2001. 157p.
9. Silva AL, Vogel C, Virgílio MS. Significados de cuidado para crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF) 2001 jan/mar;54(1):48-62.
10. Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; 1978. 158 p. (Antropologia social).
11. Faleiros VP, Faleiros ETS. Circuitos e curtos-circuitos: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Veras; 2001. 238p.

Data de Recebimento: 12/03/2003

Data de Aprovação: 20/03/2004